

BALL, Stephen J. *Education plc: Understanding private sector participation in public sector education*. London: Routledge, 2007. 216 p.

Publicado em 2007 simultaneamente na Inglaterra, nos Estados Unidos e no Canadá, esse livro oferece ao leitor o que promete no título: um relato abrangente sobre a participação do setor privado na educação pública no Reino Unido. A maior parte das informações refere-se à Inglaterra, país que o autor considera como “laboratório” exportador de soluções políticas para o mundo. Guardadas as diferenças históricas e culturais que separam esse país do nosso, não há como negar a pertinência da observação: o leitor atento é levado a concluir que muitas semelhanças *não* são meras coincidências.

O título – *Education plc* –, que em português poderia ser traduzido por *Educação Ltda.*, alude ao fenômeno de transformação deste bem público em lucrativo negócio (*business*). Seus variados formatos constituem o que Ball denomina Indústria dos Serviços da Educação (ESI), incentivada e regulada pela versão pós-neoliberal do Estado, cujo funcionamento é descrito em detalhes e com inúmeros exemplos. Além do tradicional fornecimento de livros didáticos, construções escolares e venda de equipamentos, a “indústria da educação” ampliou-se extraordinariamente na Inglaterra através da diversificação de serviços que incluem produção e venda de programas curriculares oficiais, inspeções e avaliações, aconselhamento profissional e de carreira, educação continuada de professores, treinamento de funcionários e contratos de gestão escolar firmados com os governos locais (LEA) ou diretamente com o governo central por meio de parcerias público-privadas. Um exemplo dessa

modalidade de “negócio” são as chamadas *Academies*, um programa de gestão escolar (privado) desenhado para “recuperar” escolas (públicas) com baixo nível de desempenho.

Esse trabalho amplia e enriquece as investigações do autor sobre a temática de seu interesse: a história da política educacional contemporânea, analisada com base nas contribuições da sociologia política. Do ponto de vista conceitual o livro é, segundo as palavras de Ball, “pragmático e eclético”: um estilo que pode frustrar os que se apegam mais ao rigor teórico-metodológico das pesquisas do que às suas bases empíricas. Esse traço epistemológico tipicamente inglês não representa, porém, um descuido metodológico. Quem acompanha os estudos do autor (1994; 2001; 2008) reconhecerá a influência do estruturalismo crítico de Pierre Bourdieu, mas também do pós-estruturalismo de Foucault. Tal “pluralismo epistemológico” expressa sua convicção de que teorias existem para ser *usadas* e não para demarcar territórios da micropolítica acadêmica. Fiel a esse princípio, Ball vale-se de três ferramentas para traçar o enquadramento metodológico desse trabalho: a discursiva, a estrutural e a interpretativa.

Inspirado na análise do discurso de tradição francesa, Ball argumenta que discursos são fáceis, mas particularmente influentes para criar possibilidades para o pensamento e práticas políticas. Para ele, o discurso dominante produz posições subjetivas, relações sociais e oportunidades, cuja eficácia reside na produção de consensos que, transformados em “obviedades” – em parte pelo trabalho da mídia –, dificilmente são contestados. Este tema é cuidadosamente analisado no capítulo 2, no qual o autor demonstra que os discursos que sustentam e justificam as reformas educacionais orientadas pela “economia do conhecimento” se caracterizam pelo tom de escárnio e patologização do Estado do bem-estar social. O setor público é sempre narrado como ineficaz e avesso ao risco e às inovações, como neste discurso de Tony Blair (de 2001): “A fraqueza dos nossos serviços públicos não tem sido a sua incapacidade de atingir excelência, mas o fato de que é muito disperso, com oportunidade de oferta de alta qualidade [...] restrita a uma minoria. Claro, há riscos [...]. Mas correr riscos faz parte da mudança”.

Valendo-se de inúmeros exemplos extraídos de documentos oficiais, notícias de jornal, *websites* e das falas de seus entrevistados representantes da ESI, Ball tece cuidadosamente o argumento de que as recentes reformas construíram um quadro de legitimidade para os processos de privatização que tratam os serviços públicos como mercadorias e apontam para os benefícios da modernização do sistema educacional articulados com as exigências da competitividade internacional. Tais discursos, como explica o autor, fazem parte de um processo mais abrangente de reforma do Estado e de oferta de serviços públicos cujos fundamentos têm sido objeto de estudos do cientista político inglês, Bob Jessop, professor e pesquisador da Universidade de Lancaster, Inglaterra. A arquitetura argumentativa de Jessop

(2001), baseada na releitura de Gramsci, é usada por Ball na análise do fenômeno das privatizações do setor educacional. Esse tema é abordado no capítulo de abertura de *Education plc*, pois é nesse quadro estrutural que se encontram grande parte dos elementos constitutivos do “Estado competitivo”.

Ball dedica algumas páginas para introduzir o leitor às teses de Jessop acerca dos processos de substituição do *Keinesian Welfare state* (KNWS) pelo modelo denominado de *Schumpeteriean Workfare State* (estado do trabalho social ou SWS). Para Jessop, as mudanças ocorridas nos últimos 25 anos no regime de acumulação do capital pós-fordista e o conjunto de regulações do KNWS tornaram-se cada vez mais incoerentes. Submetido a inúmeras crises – inflação, custos de tributação, desemprego, mudanças demográficas, entre outras –, o *Welfare State* transformou-se em obstáculo às novas formas de acumulação e à competitividade internacional. Como consequência, foi perdendo legitimidade e abrindo espaços, por meio de sucessivas reformas, ao “Estado competitivo”, cujo papel central é promover e monitorar a oferta de serviços públicos por agentes privados. Trata-se, na visão de Ball, da reemergência do Estado como agente mercantil, processo que ocorreu mais por continuidades do que por rupturas entre as reformas neoliberais da era Thatcher e as políticas da “Terceira Via” do novo trabalhismo de Tony Blair.

Em *Education plc*, Ball toma a política educacional como um caso dessa rearticulação e redimensionamento do Estado para analisar as privatizações do setor educacional como resposta à “crise”, estabelecendo inter-relações consistentes entre dados e conceitos. Mas a grande contribuição desse trabalho reside na abundância de informações que esclarecem o leitor sobre as complexas e intrincadas redes de relacionamento entre as esferas pública e privada, colocando-nos em contato com as posições subjetivas e discursivas dos novos formuladores de políticas educacionais: empresários, executivos, integrantes de organizações não governamentais (ONGs) e das novas formas de “filantropia” emergentes nesse cenário. Esses temas são abordados nos capítulos 3 e 4, em que o autor apresenta detalhes da dimensão, escopo e complexidades da ESI, traçando o perfil desses atores, a diversidade de “mercados” em que atuam, bem como o interessante processo de migração na carreira de agentes do setor público para o setor privado. Ball observa que as fronteiras entre essas duas esferas são tão opacas e difusas que é difícil afirmar se há alguma diferença em termos dos valores que orientam suas ações.

No capítulo seguinte, Ball contrasta o conceito “governança” com o de “governo” para demonstrar que, enquanto este último se define por relações hierárquicas, o “novo” conceito é subsidiário da noção de “redes” de trabalho (*network*), central à arquitetura e à retórica política da “Terceira Via”. Aqui, são descritas e analisadas diferentes formas de parcerias público-privadas, com o objetivo de ilustrar as mudanças na cultura e nos valores da escola expressos nas narrativas sobre a “boa” educação com ênfase no “*empreendedorismo*”. Esse tema é retomado, por outros

ângulos, nos capítulos 6 e 7, em que questões como “inovação” e “mudança” são associadas à aquisição de novos e melhores “produtos” educativos e à remodelação da gestão escolar e do currículo voltado para o mercado de trabalho.

Em linhas gerais, Ball conclui que estamos assistindo a um fenômeno em que a educação é “narrada” quase que exclusivamente em termos de seu valor econômico e competitivo. Mesmo dispondo de ferramentas conceituais críticas, Ball faz um exercício de leitura tolerante e não dogmático para tratar de assunto tão controverso. E o faz de modo corajoso ao afirmar, por exemplo, que “não há como voltar a um passado no qual o setor público funcionava bem e de forma justa em função do interesse de todos, simplesmente porque tal passado não existe”. Como Michael Apple (2006), admite que a resposta à privatização não pode ser a simples afirmação de que o que temos *precisa* ser defendido, visto que algumas instituições públicas são também racistas, sexistas ou classistas. Sua cautela em evitar conclusões apressadas é, antes de tudo, pedagógica. Em suma, *Education plc* é fonte informativa e de inspiração aos que se preocupam e pesquisam sobre os percursos e sentidos da educação em tempos estranhos.

SANNY SILVA DA ROSA é doutora em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS).

*E-mail:* ssdarosa@unisantos.br

*Recebido em novembro de 2011*  
*Aprovado em dezembro de 2011*